

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.609.850 - RS (2016/0167789-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : COMERCIAL UNIDA DE CEREAIS LTDA
ADVOGADO : CELSO LUIZ BERNARDON E OUTRO(S) - RS018157

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE IMPÕE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA. AUSÊNCIA DE FIXAÇÃO PRÉVIA DE HONORÁRIOS. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PARA, REAPRECIANDO O RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL, TÃO SOMENTE EXCLUIR A CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS RECURSAIS.

1. Trata-se de Agravo Interno interposto pela FAZENDA NACIONAL em adversidade à decisão monocrática (fls. 1.341/1.347), que negou provimento ao seu Recurso Especial, condenando-a na sucumbência recursal, nos termos do art. 85, § 11, do Código Fux. A decisão restou assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RESISTÊNCIA POR PARTE DO ENTE PÚBLICO. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA CONTRA A FAZENDA. POSSIBILIDADE. REVISÃO DOS CRITÉRIOS QUE LEVARAM A CORTE REGIONAL A FIXAR A PENALIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. RECURSO ESPECIAL DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

2. A parte agravante se insurge contra a majoração da verba honorária recursal, aduzindo, em resumo, que *o Recurso Especial da União originou-se de um agravo de instrumento interposto com a finalidade de ver reformada a decisão interlocutória de primeiro grau que cominara multa diária por descumprimento de obrigação de fazer. Não houve, nem no primeiro e nem no segundo grau de jurisdição, fixação de honorários advocatícios. Logo, em observância ao § 11 do art. 85 do CPC, que fala expressamente em majoração da verba anteriormente fixada, não há que se falar em cominação de honorários recursais* (fls. 1.354).

3. A parte agravada apresentou Impugnação ao Agravo Interno (fls. 1.361/1.364).

4. É o relatório.

5. Em face das razões lançadas no presente recurso, reconsidero a decisão de fls. 1.341/1.347, no que diz com a verba honorária recursal.

6. Com efeito, no caso, o acórdão recorrido foi proferido em sede de Agravo de Instrumento, interposto contra decisão interlocutória, cujo objeto era a reforma da decisão que culminara multa diária por descumprimento de obrigação de fazer, em que não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais. Sendo assim, não deverá haver majoração de honorários advocatícios (art. 85, § 11 do Código Fux). Nesse sentido: AgInt no AREsp. 1.226.043/RJ, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 28.6.2018; EDcl nos EDcl no AgInt no Resp. 1.664.815/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 27.3.2018).

7. Dessa maneira, em sendo os honorários recursais um acréscimo à verba honorária já anteriormente fixada, na inexistência dessa fixação anterior, não há falar-se em majoração.

8. Ante o exposto, conhece-se do Agravo Interno para, em juízo de retratação, excluir a condenação do Ente Público na majoração da verba honorária recursal. Mantida, no mais, a decisão agravada.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR